



Contagem decrescente



Domingues de Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

É o meu primeiro artigo do ano novo. Infelizmente, os argumentos que trazemos não estão distanciados da tónica de 2013. Este ano não vai ser sinónimo de grandes novidades. Pelo menos que se possam considerar positivas. Existe esperança na mudança, na luz ao fundo do túnel mas, para já, é apenas isso mesmo, esperança.

Os sinais são pouco palpáveis e difusos.

Desde o primeiro dia de 2014 que estamos sob o signo do Orçamento do Estado viabilizado pela maioria e promulgado pelo Presidente da República. A estratégia de reequilíbrio das contas públicas permanece assente na sobrecarga dos cidadãos com cada vez mais impostos, diminuindo os rendimentos do trabalho e, em consequência, o excedente que eventualmente podia ser injetado na economia. Isto vai retardar o efeito que os portugueses pudessem vir a sentir em termos de recuperação económica no seu bolso que, como se sabe, é o melhor e mais fiável barómetro. Por isso, neste momento, é natural que o povo não sinta a anunciada recuperação no seu dia a dia.

Preferiu-se carregar em impostos, como sucede com o tal “plano B” ao chumbo do Constitucional e o alargamento da base de incidência da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, quando o OE 2014 tem aquilo a que eu denomino de “bolhas de ar”, que estão nas chamadas dotações provisionais. Neste ca-

pítulo notou-se um salto tremendo face a 2013. Não é por acaso que estamos a cerca de um ano de eleições legislativas. Não há coincidências.

A verdade é que são os do costume a sofrer. À margem ficam outros e outras fontes de rendimento que são tratadas de uma forma muito mais branda. Os reformados e os funcionários públicos continuam no ponto de mira do Executivo. Não posso concordar que seja pedido apenas a quem trabalha ou a quem trabalhou uma vida inteira para suportar a parte de leão dos esforços, enquanto a outros ninguém lhes pede para prestar contas.

Este é um discurso de verdade e a manifestação mais genuína e sincera que encontro para expressar a revolta contra esta injustiça gritante. Não posso admitir que se tire mais a quem tem menos e se subtraia menos a quem tem mais. Felizmente algo está a mudar. Da mesma forma que estamos em contagem decrescente para a aclamada “libertação” da ‘troika’, a 17 de maio, os ponteiros do relógio também não param rumo a uma gradual emergência de uma cultura de exigência e de assunção de responsabilidades. A introdução das normas internacionais de contabilidade públicas (IPSAS) na administração pública pode ser um passo decisivo para uma nova era. O outro, ao nível da coletividade, - que pode estar mais longe do tempo, mais vai chegar - é o dia em que os cidadãos vão começar a questionar como é o que o dinheiro dos seus impostos é gasto por quem nos governa. O evoluir da sociedade vai exigir uma maior transparência na gestão da causa pública, uma organização eficiente e assente nas concretas realidades da nossa administração pública. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico